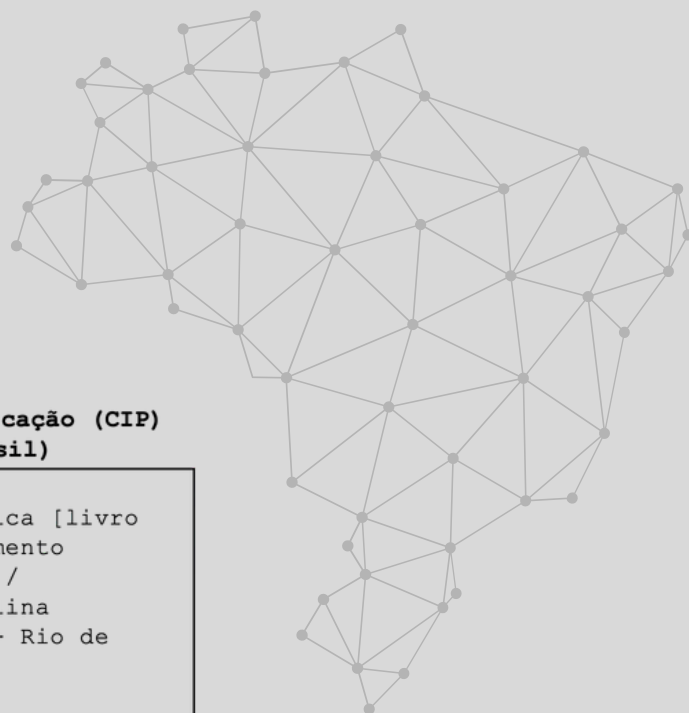


INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO SOBRE O
MAPEAMENTO
COLABORATIVO DO
OBSERVATÓRIO
EDUTECIA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inteligência artificial na educação pública [livro eletrônico] : relatório sobre o mapeamento colaborativo do observatório edutecia / coordenação Paula Menezes, Livia Carolina Vieira, Danielle Ferraro. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2026.
PDF

Vários autores
ISBN 978-65-02-00643-6

1. Educação pública - Brasil 2. Inteligência artificial I. Menezes, Paula. II. Vieira, Livia Carolina. III. Ferraro, Danielle.

26-346283.0

CDD-371.334

Índices para catálogo sistemático:

1. Inteligência artificial : Educação 371.334

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Citar como:

Menezes, P.; Vieira, L.C.; Ferraro, D. (orgs). Inteligência Artificial na Educação Pública: relatório sobre o mapeamento colaborativo do observatório Edutecia. Rio de Janeiro: Ed. dos autores, 2026

1ª Edição - Março/2026

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Coordenação: Paula Menezes (UFRJ), Livia Carolina Vieira (IFSulDeMinas), Danielle Ferraro (PUC-SP)

Pesquisadores colaboradores para a coleta de dados: Danielle Ferraro (PUC-SP), Flora Ariza (USP), Livia Carolina Vieira (IFSulDeMinas), Paula Menezes (UFRJ), Ricardo Normanha (UNICAMP) e Viviane Marques (UNICAMP)

Diagramação e arte: *Amanda Machado e Paula Menezes*

1. Por que um mapeamento sobre a inteligência artificial na educação pública brasileira?

A rápida expansão de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) nas redes públicas de ensino brasileiras têm transformado práticas pedagógicas, processos de gestão e formas de acompanhamento do desempenho estudantil. Estados e municípios têm contratado soluções diversas como plataformas adaptativas, sistemas de correção automática, predição de evasão, gestão alimentar e assistentes virtuais. Apesar da crescente adoção dessa tecnologia, uma visão integrada sobre o que está sendo implementado, por quem, com quais objetivos e com quais desdobramentos ainda carece na maior parte das iniciativas.

A pesquisa TIC Educação 2024, conduzida pelo Cetic.br/NIC.br, revela que 70% dos estudantes do Ensino Médio que usam internet já recorrem a ferramentas de IA generativa, como ChatGPT, Gemini e Copilot, para realizar pesquisas escolares. Esse dado mostra que a IA já está presente na rotina de grande parte dos adolescentes. No entanto, apesar desse uso, apenas 32% afirmam ter recebido orientação em sala de aula sobre como usar essas ferramentas de forma responsável e crítica. No que diz respeito à formação docente, apenas 54% dos professores participaram de cursos de desenvolvimento profissional voltados ao uso de tecnologias digitais, e uma porcentagem menor se capacitou especificamente para orientar o uso da IA (TIC Educação 2024 - CGI.br, 2025).

Este cenário demonstra que as escolas ainda não estão preparadas para promover o uso de IA de modo crítico e reforça a importância da produção de um mapeamento para entender onde e como as tecnologias de IA presentes nas plataformas adotadas por secretarias estaduais e municipais estão sendo utilizadas. A partir desta demanda o EDUTECIA, Observatório das Tecnologias e Inteligência Artificial na Educação, organizou um mapeamento para compreender o avanço dessas iniciativas. O objetivo é identificar e sistematizar as iniciativas de utilização de Inteligências Artificiais nas redes públicas de educação brasileiras, considerando as plataformas e recursos adotados pelas Secretarias de Estado e Municipais. Busca-se identificar quais tecnologias estão sendo adotadas nos diferentes estados, se estão voltadas para os processos de ensino e aprendizagem ou gestão, as etapas de ensino atendidas, as empresas envolvidas, os custos contratados entre outros fatores.

Pretendemos que este mapeamento possibilite identificar tendências, subsidiar diagnósticos, orientar pesquisas, apoiar decisões de gestão pública e fomentar debates sobre os desdobramentos no contexto escolar, além de observar a amplitude da presença das Big Techs e de empresas privadas nos sistemas educacionais públicos.

Por se tratar de um levantamento ainda em construção, este relatório apresenta dados preliminares que continuam sendo ampliados e revisados. Sua publicização pretende identificar e reunir outros sujeitos, pesquisadores e redes de ensino interessados em colaborar, contribuindo com novas informações, correções, atualizações e análises. Assim, este documento deve ser compreendido como um trabalho em desenvolvimento, aberto à participação coletiva e ao aprimoramento contínuo.

Contexto educacional atual e o uso de tecnologias

As plataformas utilizadas na educação representam uma tendência global crescente, caracterizada pela fusão de plataformas digitais com as práticas educacionais. Essas plataformas constituem um componente de um ecossistema de mídia conectiva mais extenso, que engloba as redes sociais, servindo como base fundamental sobre a qual elas são construídas e por meio da qual prosperam (van Dijck, de Waal e Poell, 2018). São utilizadas tecnologias desenvolvidas por grandes corporações, incluindo Google, Amazon, Facebook (Meta) e Microsoft, juntamente com a integração de uma gama diversificada de serviços voltados ao setor de tecnologia educacional, oferecidos pela *EdTechs*.

As plataformas privadas que passaram a estar inseridas como mediadoras das práticas escolares e não podem ser consideradas apenas como ferramentas, já que elas moldam currículos, arquiteturas pedagógicas e fluxos de dados, configurando o que Shoshana Zuboff (2021) descreve como capitalismo de vigilância. O predomínio dessas infraestruturas no cotidiano das redes públicas demonstra a implementação de um modelo de dependência tecnológica que transfere para corporações privadas o poder de decisão sobre padrões de ensino, formas de avaliação e modelos de gestão.

No Brasil, a falta da formação combinada às desigualdades históricas de infraestrutura criam um quadro em que estudantes, professores e gestores utilizam tecnologias de IA sem o acompanhamento necessário para compreender riscos, vieses algorítmicos e limitações epistemológicas. Como já relatado em artigos por pesquisadores do Observatório (Oliveira, Menezes, Esteves e Santos, 2025; Normanha e Aroni, 2025), além da precarização do trabalho docente, a plataformização da educação se coaduna com um modelo de educação onde flexibilidade, vigilância e fragmentação se combinam, criando um cenário de massificação de métodos pedagógicos monitorados digitalmente.

As escolas tornam-se espaços que estão entre a promessa inovadora da IA e os riscos associados à perda de autonomia, vigilância de dados estudantis, precarização do trabalho docente e padronização curricular. Ao analisarmos a incorporação da IA nas práticas pedagógicas, observamos que quando ocorre de maneira acrítica, tende a reproduzir desigualdades e a reduzir o processo educativo a métricas e dados quantitativos (Almeida et. al., 2025).

A presença de grandes corporações de tecnologia no fornecimento de recursos educacionais foi ampliada durante a pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020 a 2022, e persistiu nos anos subsequentes, em que plataformas, abrangendo grandes empresas de tecnologia e de tecnologia educacional, se infiltraram cada vez mais nas instituições públicas de ensino primário brasileiro, exigindo assim um exame crítico dessas experiências (Vieira; Ferraro, 2025).

Outros mapeamentos

O presente mapeamento pretende colaborar com um ecossistema já existente de associações e laboratórios que têm produzido e acompanhado dados sobre plataformas digitais e Inteligência Artificial. Este ecossistema em formação auxilia-nos a acompanhar dados fragmentados, proporcionando uma visão mais integrada de como as tecnologias tem alterado a realidade escolar.

O **Observatório Educação Vigada** é uma iniciativa de pesquisadores e organizações sociais dedicada a investigar e tornar públicas informações sobre a plataformização da educação pública no Brasil, através do rastreamento de empresas de tecnologia (big techs) presentes na educação pública básica e superior. O projeto busca estimular o debate sobre os impactos sociais e educacionais da crescente oferta de serviços digitais “gratuitos” por grandes empresas de tecnologia, frequentemente associados à coleta e ao tratamento de dados de estudantes, professores e instituições. Esse cenário cria uma forte assimetria informacional, pois enquanto as empresas acumulam grandes volumes de dados pessoais, comportamentais e institucionais, pouco se conhece sobre os processos e modelos de negócio envolvidos. Para enfrentar essa falta de transparência, o observatório desenvolveu uma ferramenta capaz de identificar onde são armazenados os e-mails institucionais das redes públicas de ensino, permitindo mapear acordos com empresas de tecnologia, cujos resultados são complementados e verificados por meio de pedidos de informação baseados na Lei de Acesso à Informação.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação possui igualmente um mapeamento inspirador. A entidade acompanha, através do **Mapeamento Educação sob Ataque no Brasil**, casos sobre extremismo político relacionados à educação, através da análise de proposições legislativas, casos concretos e referências de estudos sobre ataques e disputas em torno da educação. O levantamento analisou 1.993 proposições legislativas em diferentes níveis do poder legislativo entre 1989 e 2023, além de 201 casos registrados entre 2013 e 2023, identificados por meio de buscas em bases de notícias e redes de organizações. A pesquisa também sistematiza referências acadêmicas e institucionais sobre o tema, organizando a análise em torno de eixos como Escola sem Partido, militarização das escolas, raça, gênero, homeschooling, livros didáticos, laicidade e religião, além de disputas relacionadas ao agronegócio e à mineração.

Destacamos também o **Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial (OBIA)**, coordenado pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) que tem como objetivo reunir, sistematizar e divulgar informações sobre o desenvolvimento, a adoção e os impactos da inteligência artificial no Brasil. Integrado ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), o observatório busca produzir indicadores, estudos e análises que permitam compreender como a tecnologia está sendo utilizada em diferentes setores — como educação, governo, empresas e saúde — e quais são seus efeitos sociais, econômicos e regulatórios. Além de funcionar como um repositório público de dados e documentos sobre IA, o OBIA atua como um espaço de articulação entre centros de pesquisa, governo, setor privado e sociedade civil, contribuindo para o debate público e oferecendo subsídios para a formulação de políticas e estratégias voltadas ao desenvolvimento responsável e ético da inteligência artificial no país.

Outro mapeamento relevante sobre violência online, em particular envolvendo IA com *deepfakes* em escolas, tem sido feito pela entidade **Safernet**. O mapeamento faz parte do estudo “Uso indevido de IA generativa: perspectivas sobre riscos e danos centradas nas crianças”, tendo identificado ao menos 72 vítimas em relatos na imprensa brasileira. Até o momento, São Paulo é o Estado com mais relatos de casos.

Por fim, é importante também mencionar outras entidades que têm contribuído para estudos e mapeamento sobre reconhecimento facial em escolas. O primeiro estudo a ser mencionado foi realizado pela entidade **Internetlab** (2023), encontrando, em todas as regiões do Brasil, ao menos uma política pública local para este fim. Dentre os casos analisados, a maior parte das iniciativas de adoção da tecnologia partem do poder executivo, a nível municipal. De 15 políticas identificadas, apenas uma era estadual, a do estado de Tocantins. O segundo estudo a ser mencionado é resultado de colaboração entre o **Observatório das Metrópoles Núcleo Curitiba**, o **JararacaLab** e a **LAVITS**, que fez um estudo sobre o sistema na rede pública do Paraná. Esta tecnologia vem sendo utilizada para controle da frequência escolar, alegando-se um melhor controle da evasão, mas os autores identificam uma série de limitações e irregularidades como a falta de avaliação adequada dos impactos de coleta de dados sensíveis; Invalidez do consentimento, dado o desequilíbrio entre o controlador e o titular dos dados e, portanto, incompatibilidade com a LGPD; Conflito de princípios entre a coleta de dados biométricos faciais e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto ao respeito à intimidade e à preservação de imagem; desproporcionalidade dos custos de implementação do sistema em relação aos benefícios anunciados; entre outros. Como consequência desses estudos e da atuação de sindicatos, em 2025, o Ministério Público pede a suspensão de biometria facial em escolas do Paraná e multa de R\$ 15 milhões. A Coalizão Direitos na Rede também passa a pedir a proibição do reconhecimento facial da lei de regulamentação da IA, embora a atual LGPD permita o uso para fins de segurança

2. Metodologia do estudo

A coleta de dados para o mapeamento foi realizada por meio de uma busca em diferentes fontes públicas e institucionais, visando identificar informações atualizadas sobre plataformas e políticas relacionadas ao uso de Inteligência Artificial na educação nas secretarias estaduais e municipais. Diante da dificuldade de transparência destes contratos ou parcerias, procuramos aqui desenvolver um “mapeamento de indícios”, sempre com tentativas de triangulação de fontes, além de verificação posterior junto às Secretarias. O processo envolveu:

- Consulta a sites institucionais - foram analisados sites oficiais de Secretarias de Educação e Municipais. Nessas páginas, buscou-se por documentos normativos, relatórios, editais, projetos em andamento e declarações públicas sobre o uso de IA na educação.
- Análise de redes sociais institucionais - perfis oficiais de instituições educacionais, órgãos governamentais, projetos e empresas. A partir dessas plataformas, coletaram-se alguns anúncios de programas, campanhas, eventos, lançamentos de ferramentas e posicionamentos públicos sobre o uso de IA na educação.
- Pesquisa em comunicados, notícias e releases - foram consultados portais de notícias, blogs institucionais, salas de imprensa e comunicados oficiais para identificar divulgações recentes, notas técnicas e reportagens relacionadas ao tema.
- Diários Oficiais buscando identificar contratos, termos de parceria e publicações oficiais que envolvem plataformas educativas e ferramentas de IA.

Na nova etapa do projeto, os dados serão verificados junto às Secretarias de Educação através da Lei de Acesso à Informação. Também serão verificadas as informações recebidas pela internet, por usuários ou professores/gestores, antes da divulgação.

Dificuldades no acesso a dados

Durante o mapeamento, observou-se uma série de dificuldades no acesso aos dados. Muitos contratos e parcerias firmados entre empresas e o setor público não são disponibilizados de forma transparente, o que impede a compreensão dos termos, dos custos e das responsabilidades envolvidas. Além disso, diversos acordos aparecem de maneira pouco clara, sem detalhamento sobre a tecnologia empregada ou sobre os objetivos específicos das iniciativas. Também foi frequente a presença de recursos e plataformas cujo uso de Inteligência Artificial não é explicitado, dificultando entender quando a IA está efetivamente presente nos serviços educacionais. Somam-se a isso o fato de não identificarmos as informações em algumas localidades, as informações simplesmente não estão disponíveis ou são publicadas de forma irregular, o que resulta em um mapeamento desigual entre diferentes regiões do país. Essas limitações comprometem a transparência e tornam mais complexo delinear o cenário real de adoção de IA na educação.

A ideia de ser colaborativo

Embora este mapeamento já reúna um conjunto significativo de informações, depende de uma construção verdadeiramente coletiva para se manter atualizado e representar melhor a diversidade das práticas educacionais no país. Pesquisadores, professores e gestores têm acesso a documentos, experiências e iniciativas que muitas vezes não são públicas e que podem preencher lacunas ainda existentes nos dados. Ao compartilhar informações sobre plataformas, projetos, contratos, políticas ou práticas que envolvem o uso de Inteligência Artificial na educação, cada participante contribui para ampliar a precisão e a transparência do levantamento. Quem desejar colaborar pode enviar suas contribuições diretamente pelo site do EDUTECIA. A proposta é que o mapeamento seja vivo, colaborativo e continuamente fortalecido pela participação da comunidade educacional.

3. Tendências observadas

Desigualdades regionais

Foco em ensino e aprendizagem

Baixa transparência técnica das soluções

30 empresas identificadas

Principais empresas: Matific Brasil Apoio Educacional Ltda;
Lemobs - tecnologia para cidades inteligentes (govtech da
UFRJ); Centro de Autoria e Cultura Ltd; Google; EF Education
First.

Falta de transparência contratual

Modelos de contratação variados

Risco de favorecimento empresarial

Distribuição desigual das iniciativas

Conclusão: A Incorporação da IA nas redes públicas de ensino brasileiras como uma política educacional fortemente orientada por infraestruturas tecnológicas privadas

O mapeamento identificou iniciativas envolvendo o uso de tecnologias associadas à IA em redes públicas de ensino brasileiras, distribuídas entre secretarias estaduais, distritais e municipais. A maior parte das iniciativas mapeadas encontra-se vinculada às secretarias estaduais de educação, enquanto as iniciativas municipais aparecem de forma pontual e fragmentada, distribuídas entre diferentes municípios. Isto se deve à dificuldade de mapeamento nos mais de cinco mil municípios, assim como aos poucos recursos de pequenas municipalidades para aquisição de produtos ou assinaturas tecnológicas.

No que se refere à distribuição regional, a assimetria não deve ser interpretada exclusivamente como ausência de políticas de IA, mas também como indício de desigualdades na transparência, na publicização das ações e na capacidade de registro institucional das iniciativas, o que limita o acompanhamento público e o debate sobre seus desdobramentos nas práticas pedagógicas. Considerando a coleta, algumas regiões demonstram ter um maior número de iniciativas: no entanto, novos levantamentos poderão alterar o atual cenário do mapeamento.

A análise das finalidades declaradas nas tecnologias mapeadas revela que a maior parte das iniciativas está voltada aos processos de ensino e aprendizagem, seguidos por soluções direcionadas exclusivamente à gestão educacional, com 15 registros. Além disso, foram identificadas iniciativas que combinam aprendizagem e gestão, aprendizagem e correção automatizada e algumas voltadas especificamente à correção, à pesquisa ou a múltiplas finalidades simultâneas. Esses dados indicam que, embora a presença da IA no ensino esteja se ampliando, sua incorporação tem ocorrido de forma integrada a mecanismos de gestão, monitoramento e controle institucional, ampliando seu alcance para além da sala de aula.

Quanto aos tipos de tecnologias identificadas, o mapeamento aponta para o uso recorrente de plataformas adaptativas de aprendizagem, sistemas de análise de dados educacionais, ferramentas de correção automatizada de textos, chatbots educacionais e assistentes virtuais voltados tanto a estudantes quanto a gestores e equipes pedagógicas. Em diversos registros, contudo, as informações disponíveis não detalham de maneira precisa o funcionamento técnico das soluções adotadas, tampouco explicitam que se trata de sistemas de IA generativa, modelos preditivos ou ferramentas automatizadas baseadas em regras algorítmicas. Essa ausência de detalhamento técnico limita a compreensão dos alcances pedagógicos das tecnologias e dificulta a avaliação crítica. Esta limitação de acesso convida, no entanto, pesquisadores e jornalistas a considerar estudos de caso para que estas funcionalidades de IA fiquem claras, assim como seus limites ou possibilidades pedagógicas.

A presença de atores privados é um elemento estruturante dos resultados. O mapeamento identifica a atuação recorrente de empresas de tecnologia educacional e grandes corporações do setor digital, seja por meio de contratos diretos, parcerias institucionais ou acordos de cooperação. Em muitos casos, plataformas amplamente difundidas no mercado educacional passam a integrar as redes públicas de ensino, reforçando processos de dependência tecnológica e deslocando decisões pedagógicas para ambientes definidos fora do espaço escolar. Foram identificadas 30 empresas no mapeamento atual:

EF Education First

Solusoft Informática Ltda.

Elefante Letrado Serviços Educacionais Ltda.

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge)

Prodesp (Empresa Pública)

Matific Brasil Apoio Educacional Ltda

Khan Academy Brasil

Aovs Sistemas De Informática S.A

Grupo Eureka

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social

Estudo Play Soluções Educacionais

Google

Centro De Autoria E Cultura Ltda

IPM Sistemas

Betha Sistemas

IBM

Alura

Lemobs - Tecnologia Para Cidades Inteligentes (Govtech Da Ufrj)

Quizizz Inc. (DBA Wayground)

Matific Brasil Apoio Educacional Ltda

Celepar

Valid S.A.

Teltex Tecnologia S.A.

ESIG Software

Pathbeta Softwares e Solucoes LTDA

Instituto de Tecnologia e Negócios do Norte – ITN (atual Evereste)

Pearson

Plurall (Cogna/Somos Educação)

Instituto Multiplicidades

IA.Edu

Destacamos em particular 5 empresas que têm adquirido contratos em mais de uma localidade: MATIFIC BRASIL APOIO EDUCACIONAL LTDA; LEMOBS - Tecnologia para Cidades Inteligentes (GovTech da UFRJ); CENTRO DE AUTORIA E CULTURA LTD; Google; EF Education First.

Outro aspecto relevante refere-se à transparência dos modelos de contratação. Em grande parte dos registros mapeados, as informações sobre valores contratuais, prazos, responsabilidades das partes e critérios de escolha das tecnologias não estão disponíveis de forma clara nos documentos públicos analisados. A recorrência de campos não preenchidos ou vagamente descritos na planilha mostra a dificuldade de acesso a dados essenciais para o controle social das políticas públicas e para a compreensão institucional das condições em que as tecnologias de IA são incorporadas às redes de ensino.

Ainda sobre os modelos de contratação, identificamos uma variedade de situações que merecem análises detalhadas posteriores. Gostaríamos de trazer à atenção dois casos. O primeiro se refere à contratação da plataforma Letrus pela SEDU-ES (Espírito Santo), sob a empresa CENTRO DE AUTORIA E CULTURA LTDA. Foram identificados vários acordos de cooperação técnica entre 2018/2021: acordos 096/2018, 086/2020, 046/2021. Os acordos de cooperação técnica são instrumentos que não incluem repasse de verbas entre entes públicos e privados. No entanto, eles permitem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de um produto que, em seguida, será contratado. A empresa venceu pregão eletrônico em 2021, no valor de 6 milhões (pregão 036/2021), sendo prorrogado em 2024 com o valor de cerca de R\$6.345.000,00. Este caso sinaliza que este processo acabou reduzindo a concorrência, tendo privilegiado a empresa que já vinha sendo colaboradora de cooperação técnica.

A soma dos projetos mapeados chega a um total de R\$ 1.563.727.206,15

Outro caso que destacamos é o maior valor contratual encontrado pelo mapeamento, no Rio de Janeiro. Dois contratos sem exigência de licitação foram identificados em 2025 com o Grupo Eureka: o primeiro, contrato número 39/2024, assinado em 30 de dezembro de 2024, cujo objeto é aquisição de obras didáticas para EJA; um segundo contrato, número 02/2025, publicado em DO de 21/01/2025, no valor de 430 milhões, cujo objeto é apoio pedagógico para a recomposição de aprendizagens, provavelmente incluindo-se o produto ProfessorIA. Na publicação em DO não identificamos os produtos envolvidos no projeto, mas o grupo tem desenvolvido uma série de produtos digitais no aplicativo Eureka, que inclui o produto ProfessorIA. Este caso chama a atenção pelo alto valor do investimento e pela inexigibilidade de licitação, merecendo igualmente acompanhamento detalhado por pesquisadores e jornalistas.

Considerados em conjunto, os resultados do mapeamento indicam que a incorporação da IA nas redes públicas de ensino brasileiras tem se configurado como uma política educacional fortemente orientada por infraestruturas tecnológicas privadas, com distribuição desigual entre regiões e níveis administrativos e com predominância de soluções voltadas à gestão e ao monitoramento dos processos educacionais.



Explore os dados em nosso site:
www.edutecia.com

4. Quais cenários possíveis de uso da IA na educação pública brasileira?

Devido ao alto custo ambiental e de conectividade, a maior parte das escolas brasileiras pode encontrar dificuldades em operacionalizar o uso de plataformas digitais e de IA, ainda que a conectividade seja uma das prioridades da agenda pública educacional atual. De acordo com o Painel de Conectividade do Ministério da Educação, são hoje cerca de 70% das escolas com conectividade adequada: entretanto, em muitas situações, mesmo em grandes capitais como São Paulo, a conectividade pode ser oscilante, assim como o acesso e manutenção a equipamentos digitais. Este cenário, somado às restrições de uso de celular nas escolas, pode ser um importante freio para uma adoção irresponsável desses modelos na Educação. Embora isto não impeça a contratação por Secretarias com agendas fortes de implementação tecnológica, este cenário impede efetivamente uma adoção em larga escala de tecnologias de IA, ao menos no curto prazo.

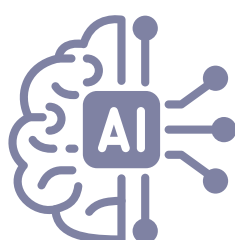
Dois outros fatores são importantes freios na adoção de IA na realidade brasileira: o primeiro é o atual Eca Digital que, junto com a Classificação Indicativa do Ministério da Justiça e com a LGPD, podem ser garantidores de um ambiente um pouco mais regulado na educação. O debate atual sobre os direitos de crianças e adolescentes e suas responsabilidades na esfera digital é bastante importante para impor limites ao uso não pedagógico destes sistemas, além da forte restrição prevista para reconhecimento facial em escolar. O segundo fator é o alto custo de assinaturas de IAs e outras plataformas e as dificuldades para se escalar produtos minimamente eficientes para a educação, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista pedagógico. O retorno pedagógico pode vir de iniciativas mais personalizadas, porém com retornos financeiros não muito interessantes para as empresas, tornando-se um elemento dissuasor de sistemas de IA no longo prazo.



O modelo de negócios das principais empresas de IA e de edtechs é de gerar dependência: isso é feito, como vimos, através de parcerias ou gratuidades de ferramentas de IA, em um primeiro momento, para um posterior custo elevado, uma vez estes recursos incorporados na rotina administrativa ou pedagógica. Tendo se tornado cada vez mais infraestruturas digitais (Srnicek, 2016; Huws, 2017) ou seguindo uma lógica de capitalismo rentista (Sadowski, 2020) ou do chamado “tecnofeudalismo” (Durand, 2020; Varoufakis, 2023), tanto plataformas digitais quanto sistemas de IA (que tendem a se fundir nos próximos anos), deverão se tornar um dos autores centrais nas disputas pelos fundos públicos educacionais. A forma regulatória a ser adotada pelo Brasil pode definir novas estratégias destas empresas, como já vem acontecendo com o caso do ECA Digital, mas dificilmente elas sairão de cena na disputa por um dos maiores fundos sociais, e por uma fonte de dados bastante atraente (e quase inesgotável) para o treinamento de IAs.

O trabalho docente é outro fator de potencial resistência ao uso de sistemas de IA. Muitos professores podem se sentir “ameaçados”, tanto por não terem familiaridade com estes sistemas, quanto por uma possível ameaça de substituição. Embora alguns estudos apontam que a substituição docente seja de baixo impacto, comparada com profissões como a de jornalistas ou mesmo programadores, não é difícil imaginar um cenário de plataformas onde professores sejam substituídos por tutores: se a IA for responsável por confecção de materiais didáticos e programas/planejamentos de aulas, a substituição de professores pode vir a se tornar possível.

O espaço escolar se apresenta hoje como uma espécie de laboratório do capitalismo cognitivo: o controle de subjetividades encontra, no entanto, práticas e estratégias incessantes de fazer viver a criatividade e a experimentação, tanto por parte de estudantes ou docentes. A IA entendida como um campo científico capaz de permitir ludicidade e criatividade pode ter potencial pedagógico; mas isso deve se dar fora da zona de controle de big techs de IA. Este caminho pode abrir a experimentações interessantes já existentes (como a IA desplugada), que desafiam modelos de linguagem feitos a partir de modelos de mundo eurocêntricos e capitalocêntricos.



5. Referências

ALMEIDA, Ana Paula; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos; FERRARO, Danielle Soares e Silva Bicudo; VIEIRA, Livia Carolina; CASTRO, Karolina Batista; COELHO, Márcia Azevedo; QUADROS, Paulo da Silva. **Carta de recomendação para o uso da inteligência artificial na educação: desafios e potencialidades**. São Paulo: Editora Nelpa, 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2024**. 1. ed. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2025. Livro eletrônico.

DURAND, Cédric. **Technoféodalisme: critique de l'économie numérique**. Paris: La Découverte, 2020.

HUWS, Ursula. **Where did online platforms come from? The virtualization of work organization and the new policy challenges it raises**. In: MEIL, Pamela; KIROV, Vassil (ed.). *Policy implications of virtual work*. New York: Springer, 2017. p. 29–48.

INTERNETLAB. **Educação na mira: vigilância e monitoramento no ambiente escolar**. São Paulo: InternetLab, 2023. Disponível em: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Educacao-na-mira-PT_06.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

JARARACA LAB. **Reconhecimento facial no Paraná: relatório técnico**. 2023. Disponível em: https://jararacalab.org/cms/wp-content/uploads/2023/12/RF_PR_2023.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

NORMANHA, Ricardo; ARONI, Rafael. **Educação 4.0: reforma do ensino médio e a precarização docente na era digital**. *Revista Ciências do Trabalho*, São Paulo: DIEESE, n. 27, p. 1–15, maio 2025. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/454>. Acesso em: 17 mar. 2026.

OLIVEIRA SILVA, A.; MENEZES, P. C.; ESTEVES, T. J.; SANTOS, T. C. **Plataformas digitais e a precarização do trabalho docente: a nova fronteira do neoliberalismo na educação pública**. *Entropia*, v. 9, n. 18, p. 126–148, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.52765/entropia.v9i18.596>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SADOWSKI, Jathan. **The internet of landlords: digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism**. *Antipode*, Hoboken, v. 52, n. 2, p. 562–580, 2020.

SAFERNET BRASIL. **Mapeamento identifica deepfakes sexuais em escolas em 10 dos 27 estados**. 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/mapeamento-da-safernet-identifica-deepfakes-sexuais-em-escolas-em-10-dos-27-estados>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism: what killed capitalism**. London: Bodley Head, 2023.

VIEIRA, Livia Carolina; FERRARO, Danielle Soares e Silva Bicudo. **Plataformização e precarização da experiência de aprendizagem na educação básica**. *Caderno Pedagógico*, Curitiba: Studies Publicações e Editora Ltda., v. 22, n. 7, p. 1–17, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Sobre o Observatório EDUTECIA

O Observatório das tecnologias e IA na Educação visa trazer o debate sobre o presente e o futuro da educação brasileira na perspectiva das novas tecnologias. Somos uma rede de pesquisadores/as e professores/as que visa reunir todos os atores do campo educacional para contribuir para a construção de políticas públicas inclusivas, solidárias e inteligentes no domínio da educação, tecnologia e sociedade.

Um dos principais objetivos de nossa iniciativa é fornecer a professores/as, educadores/as, gestores/as e pedagogos/as de todos os níveis um portal de referência sobre a rápida evolução das tecnologias educacionais no intuito de formar uma opinião pública capaz de interferir sobre as futuras políticas públicas do setor. Neste sentido, um segundo objetivo é de constituir um fórum permanente de debate, onde possamos reunir iniciativas de vários lugares do Brasil de boas práticas no uso das tecnologias na educação e possibilitar uma voz para os atores que estão nos espaços educacionais. Em terceiro lugar, também temos como objetivo produzir dados, mapeamentos, pesquisas, análises e recomendações para políticas públicas que visem garantir os valores de gratuidade, qualidade e equidade da educação brasileira.

Para cumprir de maneira eficiente estes três objetivos, o Observatório visa fornecer uma leitura crítica de dados e relatórios disponíveis considerados relevantes para fornecer aos agentes educacionais informações de base para interpretar o ambiente em que vivemos.

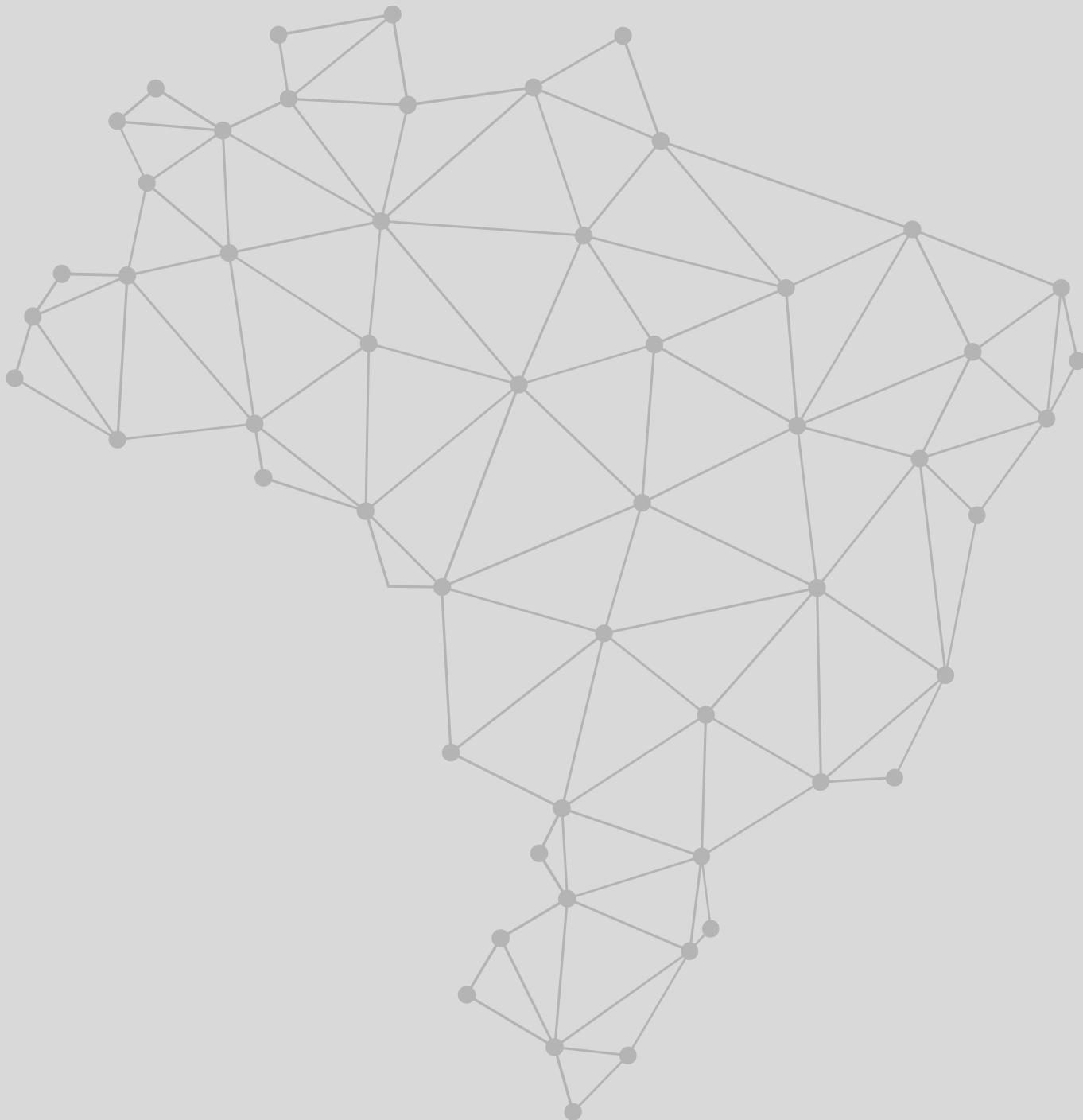
QUER DESENVOLVER UM PROJETO CONOSCO? CONSTRUIR CURSOS, PROJETOS OU POLÍTICAS INTERNAS DE USO DE IA NA SUA INSTITUIÇÃO? CONTACTE-NOS POR AQUI:

 Site: www.edutecia.com

 LinkedIn: [ObservatorioEdutecia](https://www.linkedin.com/company/observatorioedutecia)

 Instagram: [@edutecia](https://www.instagram.com/edutecia)

 Youtube: [@ObservatorioEdutecia](https://www.youtube.com/channel/UCObservatorioEdutecia)



**RELATÓRIO IA NA
EDUCAÇÃO
PÚBLICA**

1ª Edição
Março/ 2026